

RUA AMADOR BUENO DA VEIGA

Decreto nº 6765 de 11-11-1981, Artigo 1º, Inciso IV
Formada pela rua 10 do Jardim Alvorada e rua 15 do
Parque Ipiranga - 1ª. parte

Início na rua Azevedo Márques

Término na rua Líbero Badaró

Jardim Alvorada

Obs.: Decreto assinado pelo Prefeito Francisco Amara-
ral. Protocolado nº 28.020 de 03-10:1980, em nome de Comissão de No-
menclatura de Ruas, Praças e Logradouros Públicos.

AMADOR BUENO DA VEIGA

Amador Bueno da Veiga foi um nobre e rico paulista, filho do capitão Baltazar da Costa da Veiga e Maria Bueno de Mendonça, bisneto pela linha materna de Amador Bueno, o Aclamado. Amador Bueno da Veiga foi o primeiro a possuir uma sesmaria em Campinas, no ano de 1707, depois da concessão ordenada pelo Rei de Portugal, em 1701. Quando os primeiros bandeirantes que se bandeavam pelos sertões dos futuros caminhos de Nossa Senhora da Conceição do Mato Grosso, que por aqui passavam, Bueno da Veiga foi aquinhado por D. Fernandes Martins de Mascarenhas Lencastre, em 21-maio-1707, com uma sesmaria com seis léguas de terras, principiando no fim do termo da Vila de Jundiá até o rio que chamam de Mogi, estabelecendo ali uma fazenda além do Jaguari e fora dos atuais limites de Campinas, nos conta Jolumá Brito. Esse caminho, segundo o dr. Omar Simões Magro, isto é, o de Amador Bueno da Veiga que se estabelecera na citada fazenda Jaguari, foi o mesmo por onde, logo em seguida, Luis Pedroso de Barros devia atravessar, de mandando Goiás e ocasionou a fundação da futura cidade de Campinas. Esse Amador Bueno da Veiga foi importante na história. Foi capitão-mór de São Paulo e por seu prestígio mereceu ser eleito para comandar os paulistas na guerra contra os emboabas do Rio das Mortes, onde a tradição concorrera para acalmar os ânimos, auxiliando assim os desejos do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, pelo que incorreu no desgosto de seus naturais. Recolhido a São Paulo, ainda viveu pelo espaço de dez anos, e faleceu no mês de novembro de 1719, dando em descoberta de ouro na sua fazenda Jaguari do termo de Mogi Mirim. Em seu testamento doou ao colégio dos jesuítas de São Paulo vinte mil cruzados para que ele e sua mulher obtivessem o título de fundadores com os privilégios respectivos. Foi casado com Maria de Miranda de El-Rei, filha de Bartolomeu da Cunha Gago. Tiveram seis filhos.



DECRETO N.º. 6765 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1981.

DÁ DENOMINAÇÃO A VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS.

O Prefeito Municipal de Campinas, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo item XIX do artigo 39 do Decreto-lei Complementar Estadual N.º. 9, de 31 de dezembro de 1969 (Lei Orgânica dos Municípios),

DECRETA:

Artigo 1.º - Ficam denominadas as seguintes vias públicas:

I - "RUA CELESTINO DE CICCÒ" a Rua 1 do Jardim Belmonte - Distrito de Sousas, com início na Avenida 1 e término na divisa do loteamento.

II - "RUA AFFONSO SARDINHA" a Rua 4 do Jardim Alvorada, com início na Rua Libero Badaró e término na Avenida 1 do Jardim Novo Campos Elísios 1.ª parte.

III - "RUA AZEVEDO MARQUES" as Ruas 7 do Jardim Alvorada e 10 do Parque Ipiranga 1.ª parte, com início na Rua Libero Badaró e término na divisa do loteamento.

IV - "RUA AMADOR BUENO DA VEIGA" as Ruas 10 do Jardim Alvorada e 15 do Parque Ipiranga 1.ª parte, com início na Rua 10 do Parque Ipiranga 1.ª parte e término na Avenida 1 do Jardim Novo Campos Elísios 1.ª parte.

V - "RUA ARLINDO LUCIO DA SILVA" a Rua 12 do Parque Ipiranga 1.ª parte, com início na Rua Abílio Fernandes e término na Rua 15 do mesmo loteamento.

Artigo 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 11 de novembro de 1981.

DR. FRANCISCO AMARAL
Prefeito Municipal

DR. CARLOS SOARES JÚNIOR
Secretário dos Negócios Jurídicos

ENGO. JURANDYR POMPEO CAMPOS FREIRE
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Redigido na Consultoria Técnico-Legislativa da Consultoria Jurídica da Secretaria dos Negócios Jurídicos, com os elementos constantes do protocolado N.º. 28.020, de 03 de outubro de 1980, em nome da Comissão de Nomenclatura de Ruas, Praças e Logradouros Públicos, e publicado no Departamento do Expediente do Gabinete do Prefeito, em 11 de novembro de 1981.

DR. RUY DE ALMEIDA BABROSA
Secretário-Chefe do Gabinete do Prefeito



AMADOR BUENO DA VEIGA — Nobre e rico paulista, filho do capitão Baltazar da Costa da Veiga e de D. Maria Bueno de Mendonça, bisneto pela parte materna de Amador Bueno, o aclamado.

Foi capitão-mor de São Paulo e por seu prestígio mereceu ser eleito para comandar os paulistas na guerra contra os emboabas do Rio das Mortes, onde a tradição concorrera para acalmar os ânimos, auxiliando assim os desejos do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, pelo que incorreu no desgosto de seus naturais.

Recolhido a São Paulo, ainda viveu pelo espaço de dez anos, e faleceu no mês de novembro de 1719, andando em descoberta de ouro na sua fazenda *Jaguari* do termo de Mogi-Mirim. (Vide *Cronologia* a 1.º de abril e 22 de agosto de 1709.)

Em seu testamento doou ao colégio dos jesuítas de São Paulo *vinte mil cruzados para que ele e sua mulher obtivessem o título de fundadores com os privilégios respectivos*. Foi casado com D. Maria de Miranda de El-Rei, filha de Bartolomeu da Cunha Gago e D. Maria Portes de El-Rei, deixando os filhos seguintes:

1. — Francisco Homem de El-Rei.
2. — Bartolomeu Bueno da Cunha, casado com D. Francisca Barbosa de Lima, que faleceu nas minas de Pilar de Papuã.
3. — Baltazar da Cunha Bueno, casado a primeira vez com D. Rosa Francisca de Godói e depois com D. Ana Maria da Silveira. (Vide *Balthazar da Cunha Bueno*.)
4. — D. Maria Portes de El-Rei, casada com Pedro de Moraes da Cunha.
5. — D. Catarina Bueno de Miranda, casada com o capitão José Barbosa de Lima.
6. — D. Marta de Miranda Bueno, casada com Estevão Raposo de Siqueira.

(*Cart. 1.º de órf. de São Paulo, inventário de Amador Bueno da Veiga. — Arq. da Cãm. de São Paulo, livro de vercaças, 1708.*)



Foi ele o primeiro possuidor de uma sesmaria em Campinas, no ano de 1707, depois da concessão ordenada pelo Rei de Portugal, em 1701. Aqui estão dois comentários que dizem bem de seu valor na história de Provincia antiga de São Paulo.

Amador Bueno da Veiga

Jolumá Britto

Quando os primeiros bandeirantes que se bandeavam pelos sertões dos futuros caminhos de N.S. da Conceição do Mato Grosso, que por aqui passavam, o famoso Amador Bueno da Veiga foi aquinhoado por D. Fernandes Martins de Mascarenhas Lencastre, em 21 de maio de 1707, com uma sesmaria com seis léguas de terras, principian-do no fim do termo da Vila de Jundiá até o rio que chamam de Mcgi, estabelecendo ali uma fazenda além do Jaguari e fora dos atuais limites de Campinas. A bandeira do século XVIII dos Anhangüeras — para que se tenha uma idéia dos sertões que seriam atravessados pelos seus colonos e agregados — levou quatro dias para atravessar esse trecho que se estendia nesse percurso coberto de mata virgem tão impenetrável que nem os paulistas nele entraram, não sabiam de sua qualidade ou fim. Esse caminho, segundo o dr. Omar Simões Magro, isto é, o de Amador Bueno da Veiga que se estabelecera na citada fazenda Jaguari, foi o mesmo por onde, logo em seguida, Luis Pedroso de Barros devia atravessar, demandando Goiás e ocasionou a fundação da futura cidade de Campinas.

Como, na época, existia uma duplicata de Juizes, a questão só se resolveu dois anos mais tarde, com a nomeação de Amador Bueno da Veiga a 20 de agosto de 1709, em virtude da provisão do donatário Marquês de Cascais. Acabava Amador de ser eleito Cabo MAIOR DOS PAULISTAS, GENERALLÍSSIMO DO EXÉRCITO que devia no território de Minas vingar-se dos Emboabas, recém vencedores dos bandeirantes. Emposado no cargo, dois dias mais tarde explicava os motivos que o levavam a dele desistir "fazia viagem para as Minas por bem da pátria e como Cabo Maior, dela, assinou por que de presente estava encarregado do

Ofício de Juiz dos Orfãos, desta dita Vila pelo senhor de Cascais, donatário dela; e, com esse e juramento dado, não podia seguir a dita viagem sem dela desistir do dito ofício o que era forçoso e que os ditos oficiais e Juizes guardassem neste particular o que dispõe a Lei e as ordenações do Reino durante a ausência dele proprietário e os ditos Officiais da CAMARA MANDARAM TOMAR o requerimento e que o aceitava, de que tudo mandaram fazer este termo de desistência em que assinaram com o dito Cabo Maior. "Provavelmente dada a agitação extrema de enorme violência que foi a da Guerra dos Emboabas, ficou São Paulo sem Juiz de ORFAOS POR LARGO ESPAÇO DE TEMPO. No entanto, em fevereiro de 1711, em virtude de levantamento de forasteiros nas Minas, foi convocado o povo paulista esperando melhores notícias dos sucessos ocorridos no longínquo território mineiro. Afinal, a primeiro de abril daquele ano, realizou-se a grande Assembleia popular da reação. E nessa data, Amador Bueno da Veiga primeira personagem importante na História de Campinas, justificava-se um termo de requerimento que "fez o povo, elegendo a Amador Bueno da Veiga para Cabo Maior e defensor da pátria. E todos, a uma só voz, nomeavam e elegiam Cabo Universal para qualquer invasão e defesa da pátria, em bem comum dela e em prol de todo bem e sua conservação, ao Capitão Amador Bueno da Veiga a quem disseram, haviam de obedecer. "Este é um dos maiores documentos da história de São Paulo, transcrito por Affonso de E. Taunay nos Anais do Museu Paulista, demonstrando que a futura cidade de Campinas, teve, alguns anos antes de abertura dos primeiros caminhos para o Mato Grosso uma das figuras mais impressionantes de todo Estado de S. Paulo.